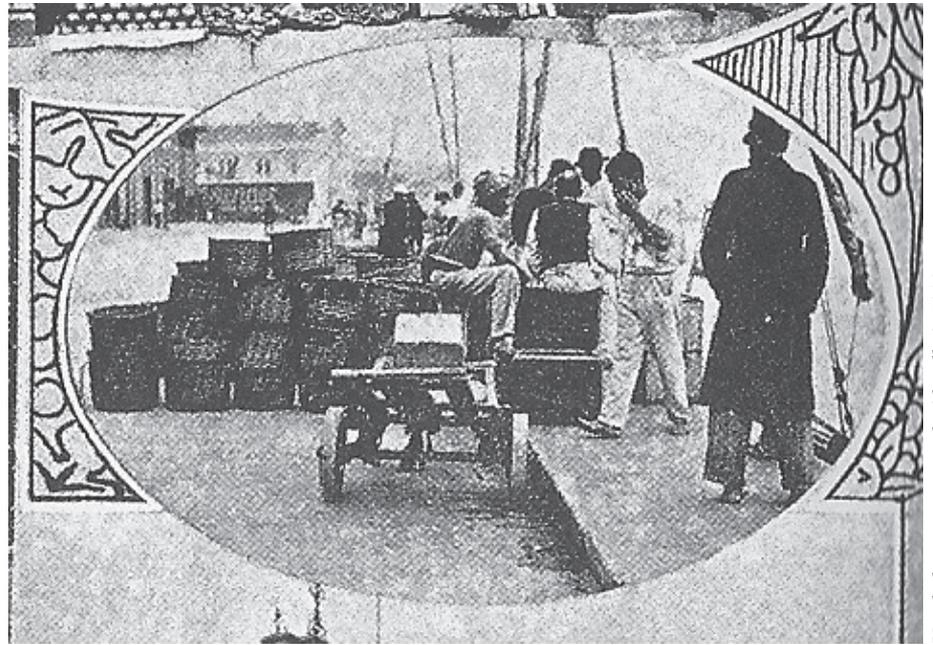


Greve nas Marinhas: protestos, tradições e identidades entre pequenos lavradores, quitandeiras e pombeiros (Rio de Janeiro, século XIX)



Vendedores no mercado (detalhe). 1908.

Juliana Barreto Farias

Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Co-autora, entre outros trabalhos, do livro *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008. julianafarias@predialnet.com.br

Greve nas Marinhas: protestos, tradições e identidades entre pequenos lavradores, quitandeiras e pombeiros (Rio de Janeiro, século XIX)*

Juliana Barreto Farias

RESUMO

Em outubro de 1885, um grupo formado por mais de cem pequenos lavradores, quitandeiras e pombeiros (vendedores ambulantes de peixe) paralisou suas atividades na Praça das Marinhas, à margem da doca do movimentado Mercado da Candelária, principal centro de compra e venda de gêneros alimentícios do Rio de Janeiro Oitocentista. Os trabalhadores que ali estacionavam seus cestos e tabuleiros não aceitaram pagar a diária de 400 réis cobrada pelos empresários e por isso se recusaram a vender seus produtos e ainda impediram que barcos e carroças que vinham das freguesias suburbanas e de locais mais distantes descarregassem no cais. Neste artigo, buscarei acompanhar todo o desenrolar do movimento grevista, e ainda revelar personagens, tradições culturais, redes familiares, de vizinhança e identidades muitas vezes sepultados pelo cotidiano do trabalho e da cidade, mas que muito dizem sobre a dinâmica de formação da classe e de seus conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; Praça do Mercado; greve; pequeno comércio.

ABSTRACT

In October 1885, a group formed by more than one hundred small farmers, quitandeiras and pombeiros (fish vendors) halted their activities in the Praça das Marinhas (Square of the Navy), alongside the dock of the busy market of Candelaria, main place of purchase and sale for genres food in the nineteenth century Rio de Janeiro. The workers who kept there their baskets and trays did not agreed to pay the daily rate of 400 reis charged by entrepreneurs; refused to sell their products and even prevented boats and carts from suburban parishes to unload on the quay. In this article I will seek to monitor the entire course of the strike movement, and also to show characters cultural traditions, family networks, neighborhood identities that are often erased by the daily work and the city, but that are fundamental for understanding the dynamics of class formation and their conflicts.

KEYWORDS: Rio de Janeiro; Market Square; strike; small trade.

* Este artigo apresenta resultados parciais de um projeto desenvolvido com uma bolsa de produtividade em pesquisa, concedida pela Fundação Biblioteca Nacional entre 2007 e 2008.

¹ Sobre as discussões em torno da lei e das relações entre senhores, escravos e libertos, ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.



Em outubro de 1885, menos de um mês após a aprovação da Lei nº 3.270, a chamada Lei dos Sexagenários, a *Revista Illustrada* voltava a tratar dos “problemas” da lavoura no país¹. Desde meados daquele ano, a folha de Angelo Agostinni — um dos principais veículos de crítica social e política da Corte — vinha explorando os debates parlamentares em torno do projeto que previa a libertação dos cativos com mais de 60 anos de idade e as

apreensões dos grandes fazendeiros com o futuro da produção agrícola e o destino dos libertos. Mas agora as questões eram outras: “Depois que a fala do trono prometeu tranquilizar a lavoura e que dois ministérios pareceram dispostos a sacrificar-lhes o país, se ela o exigisse, poderia esperar-se tudo, menos uma greve dos únicos lavradores que o Brasil possui, dos únicos homens livres que cultivam a terra, que a regam, que a tratam, e que dela colhem os frutos!”²

Podia até parecer evidente que os “únicos lavradores do Brasil” fossem escravos. Mas, como Orlando, o cronista da *Illustrada*, chamava atenção, havia uma “classe numerosa de verdadeiros agricultores, de homens que desbravam o terreno, que lhe dão o seu suor e abastecem de frutos e legumes os nossos mercados”. Era uma classe muito “bem definida”, para quem, segundo as promessas oficiais, deveriam ser feitas todas as concessões. A primeira delas teria sido “um impostosinho de 72\$000 mensais, para se utilizarem do logradouro publico”. Bem longe de um privilégio, os lavradores entenderam — “e bem”, como Orlando fez questão de assinalar — que tal medida era uma verdadeira espoliação. E por isso mesmo “constituíram-se em greve”. Para o jornalista, “nada mais digno de aplausos”: “a greve além de ser uma das criações mais belas do nosso século é, ao mesmo tempo, a única resposta que o direito espoliado pode dar aos seus opressores, rendendo-o pela necessidade”.

Como tantos de seus colegas de imprensa, Orlando deixava claro todo seu apoio à mobilização dos pequenos lavradores³. Desde o início da paralisação, jornais e revistas da Corte diariamente vinham recheados de “notícias a la minute”, para usar os termos de um redator da *Gazeta de Notícias*.⁴ O movimento começara na manhã de 5 de outubro, quando foram inauguradas novas barracas para venda de legumes e hortaliças na Praça das Marinhas, à margem da doca do grande e movimentado Mercado da Candelária. Os trabalhadores que ali estacionavam seus cestos e tabuleiros não aceitavam pagar a diária de 400 réis cobrada pelos empresários do consórcio Oliveira & C., que arrendaram o terreno à Câmara e construíram as barraquinhas. Em protesto, recusaram-se a vender seus produtos e ainda impediram que barcos e carroças que vinham das freguesias suburbanas e de locais mais distantes descarregassem no cais. Rapidamente os conflitos tomaram as ruas e folhas impressas da capital carioca.

Nas páginas da imprensa, não encontramos muitos detalhes sobre os grevistas. Ainda que, vez ou outra, seus nomes sejam mencionados, quase sempre eles são identificados de forma muito genérica, como pequenos lavradores, mercadores, *pombeiros*, vendedores de hortaliças e frutas, roceiros ou quitandeiros. Num primeiro olhar, esses designativos parecem meros sinônimos, que se repetem e alternam em notas, editoriais e comentários de leitores, sem um critério muito bem definido. E, em muitos casos, se trata mesmo de termos com significados idênticos, como, por exemplo, as expressões lavradores e roceiros. Contudo, um exame mais atento de outros documentos manuscritos, sobretudo quando comparados aos textos da imprensa e às imagens produzidas no período, desvenda algumas nuances e divisões entre essas categorias.

Assim, ao lado dos “verdadeiros agricultores” entrevistados pelo cronista da *Revista Illustrada*, estavam também negras quitandeiras, vendedores ambulantes de peixe, barqueiros, carregadores; todos, de alguma forma, ligados às atividades de compra e venda de gêneros alimentícios no

² “Tranquilizemos a lavoura”. *Revista Illustrada*, 17 de outubro de 1885, p.3.

³ Para uma análise da cobertura greve pela imprensa, ver: FARIAS, Juliana Barreto. “Jornalismo e política: a imprensa na greve de pequenos lavradores e quitandeiras da Praça das Marinhas, Rio de Janeiro/década de 1880”. In: *Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia*. Niterói, Maio/2008.

⁴ *Gazeta de Notícias*, 11 de outubro de 1885, “Crônica da semana”, p.1.

⁵ BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 12-15.

⁶ A petição, assinada coletivamente pelo *O povo*, e ratificada por 47 lavradores, pequenos comerciantes e comissários das freguesias rurais de Niterói e das zonas suburbanas do Rio de Janeiro, foi integralmente publicada na edição de 6 de outubro de 1885 do *Jornal do Commercio*.

⁷ Inicialmente terreiro do Ó — e depois da Polé —, a área ficou conhecida como terreiro do Carmo, quando ali construíram a igreja e o convento dos carmelitas. Mais tarde, passou a ser chamada de Largo do Paço e, em seguida, praça d. Pedro II. Com a proclamação da República, ganhou a denominação de Praça XV de Novembro, que continua até hoje. Cf. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, pp. 26-32. FRIDMAN, Sergio A. & GORBERG, Samuel. *Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962*. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003, p. 2.

⁸ CORACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988, p.60. Em 1638, a Câmara do Rio estabeleceu que os pescadores venderiam suas mercadorias no trecho que compreendia a Praia de Nossa Senhora do Carmo até a porta do Governador, ou seja, entre a atual Praça XV e a rua da Alfândega. Cf. FRIDMAN & GORBERG, op.cit., p. 2.

⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Ofício da Secretaria de Estado de Negócios para o Senado da Câmara de 21/04/1823.

¹⁰ Cf. FRIDMAN & GORBERG, op. cit., p. 12. CORACY, op. cit.

principal centro de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. É claro que esses trabalhadores tinham, muitas vezes, interesses e origens distintos. Mas nem por isso hesitaram em se unir contra empresários e vereadores que apoiavam o “contrato das barraquinhas”.

Como nos últimos anos vem mostrando a historiografia sobre os movimentos operários, diversidade, divisão e conflitos internos são características sempre presentes na formação da classe trabalhadora. Unidade e cisão coabitam a classe, e a análise desses dois aspectos deve sempre ser contextualizada e submetida à lógica da mudança histórica. Nesse sentido, conforme enfatizam os organizadores do livro *Culturas de classe*, “tanto elementos sociais e culturais desagregadores quanto estratégias de resolução ou atenuação dos conflitos em busca de unidade fazem parte das experiências vividas pelas coletividades operárias”⁵.

Meu objetivo, neste artigo, é justamente analisar os protestos que tomaram a Praça das Marinhas por quase uma semana, dimensionando e esmiuçando a participação de uma classe supostamente tão precisa. Examinando notícias, crônicas e ilustrações publicadas em revistas e jornais da Corte, debates travados pelos vereadores, e também ofícios, abaixo-assinados e licenças enviados à Câmara Municipal, buscarei não só acompanhar o desenrolar do movimento grevista, como revelar personagens, tradições culturais, redes familiares, de vizinhança e identidades muitas vezes sepultados pelo cotidiano do trabalho e da cidade, mas que muito dizem sobre a dinâmica de formação da classe e de seus conflitos.

De “tempos imemoriais”

Na petição que enviaram ao imperador D. Pedro II, logo no primeiro dia da greve, mais de cinquenta produtores e mercadores destacavam que, “desde tempos imemoriais, a praça das marinhas era destinada ao gozo do público, onde se tinha lugar e se realizava a feira do mercado diário”.⁶ E de fato, desde pelo menos meados do século XVII, negras de tabuleiro e vendedores ambulantes de peixe reuniam-se à beira mar, nas proximidades do terreiro do Carmo, mais tarde conhecido como Largo do Paço.⁷ Bem perto da Alfândega, entre a rua do Mercado e o cais das Marinhas, formavam um pequeno e ruidoso mercado - mais conhecido como Mercado da Praia do Peixe — que crescia ao acaso, sem um alinhamento definido⁸.

Com o contínuo ajuntamento de novas bancas, o vice-rei Luiz de Vasconcellos ordenou, em 1789, que as barracas de peixe fossem reconstruídas com regularidade e simetria. Mas a algazarra dos vendedores, a lama e toda sorte de detritos que se amontoavam por ali não deixavam de desagradar boa parte da população. Alguns diziam que o “vozerio” era tal que perturbava as sessões no Senado da Câmara, que ficava logo ao lado⁹. Mesmo com os protestos e as determinações para que os vendedores fossem removidos para outro local, um novo mercado só começou a ser construído na década de 1830¹⁰.

Com projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny, as obras do edifício da Praça do Mercado, também chamada de Mercado da Candelária, iniciaram-se em 1834, mas só foram concluídas em 1841. O acesso à Praça era feito por quatro portões monumentais, um em cada lado, conduzindo a ruas transversais que se cruzavam no centro, junto a um chafariz de pedra lavrada. Outras ruas calçadas acompanhavam as quatro faces, abrindo-se

para elas tanto as lojas externas, como as do pavilhão central. Ocupando todo um quarteirão, dividia-se ainda em três áreas: o *centro*, destinado para venda de hortaliças, legumes, aves e ovos; o *lado do mar*, para peixe fresco, seco e salgado; e o *lado da rua* (voltado para a rua do Mercado e o Largo do Paço), para cereais, legumes, farinha e cebolas.

De acordo com o regulamento aprovado pela Câmara Municipal em 1844, as cento e doze bancas e casas do prédio da Praça podiam ser alugadas a cada semestre por “pessoas livres e capazes”¹¹. Entre os arrendatários, destacavam-se portugueses, brasileiros e também africanos da “nação” mina. Numa pesquisa preliminar nos códigos sobre o Mercado, guardados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e nas listas de locatários publicadas anualmente no *Almanak Laemmert* entre o período de 1844 e 1889, verifiquei que, durante mais de vinte anos, toda uma área do interior do mercado estava ocupada por homens e mulheres procedentes da Costa da Mina. Há histórias como a do forro Luiz Laville, que arrendava a banca 41, uma pequena quitanda de verduras iniciada por sua mulher, a preta mina Felicidade Maria da Conceição. Vendendo peixe na barraca 77, a preta forra mina Rosa Maria Rocha dava continuidade ao negócio de seu marido e companheiro de “nação”, Antonio Francisco Ramos, falecido em 1852. Já a liberta mina Emília Soares do Patrocínio, ao lado de seu marido, o também mina Joaquim Manuel Pereira, era locatária de três barracas para venda de aves e verduras e ainda possuía outros três tabuleiros, com os quais suas escravas mercadejavam ali na Praça e pelas ruas da cidade¹².

Na Praça das Marinhas, em frente à doca contígua ao mercado, desembarcavam os gêneros da roça e o pescado que escravos e outros trabalhadores traziam em *canoas de ganho*, saveiros, faluas e barcos vindos das zonas suburbanas do Rio de Janeiro e das áreas rurais de Niterói. Os gritos dos negros que transportavam cestos de peixes ali na beirada faziam o norte-americano Thomas Ewbank lembrar de disputas muito semelhantes travadas no rio Níger, na região da atual Nigéria.¹³ Bem próximo, lavradores, seus consignatários, negociantes e quitandeiras vendiam, revendiam e compravam “gêneros de primeira necessidade”, como frutas, ovos, legumes e cereais, “sem o menor abrigo, apenas algumas pequenas barracas volantes ou algum chapéu de sol”¹⁴. E ainda havia os *pombeiros* (mercadores avulsos de peixe) que, apesar das proibições, serviam como intermediários entre pescadores e consumidores. No início do século XIX, eram sobretudo os cativos das “nações” mina, cabinda e congo que se ocupavam do “negócio de *pombear*”. Mas, a partir da década de 1850, libertos africanos e crioulos, brasileiros brancos, portugueses e até mesmo chineses também passaram a se dedicar a este ramo do pequeno comércio¹⁵.

Pelo regulamento da Praça, o peixe fresco só podia ser vendido nas bancas do interior do mercado ou nas barracas alugadas nas Marinhas. Ou ainda nas canoas de pescadores estacionadas no cais. Iludindo os fiscais, os *pombeiros* arrematavam os peixes para vender pelas ruas da cidade e aproveitavam para oferecê-los ali mesmo na Praça e na rampa da doca. Uma das estratégias era, em associação com os pescadores, tirar licenças para pesca na Capitania do Porto, mesmo sem estarem efetivamente habilitados para o ofício. Em outros casos, muitos arrendatários de bancas do interior da Praça compravam o pescado diretamente dos pescadores, vendiam em leilão aos *pombeiros*, que, por sua vez, os revendiam ao público¹⁶.

Mas eles não eram os únicos a driblar a municipalidade. De acordo

¹¹ *Almanak Laemmert*, 1844, p. 239. Cf. Regulamento da Praça do Mercado, apresentado em sessão da Câmara Municipal de 17 de novembro de 1843 e publicado em edital no dia 20 de agosto de 1844, transcrito em: FRIDMAN & GORBERG, op. cit., pp. 14-23.

¹² Cf. AGCRJ, Códices 61-1-7; 61-1-9; 61-1-11; 61-1-12; Mercado da Candelária.

¹³ EW BANK, Thomas. *A vida no Brasil, ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 84.

¹⁴ AGCRJ, Códice 61-2-17: Mercado da Candelária (1870-1879), p.28.

¹⁵ Derivada do termo quimbundo *mpumbu*, a expressão *pombeiro* designava, no século XVI, negros e mestiços (escravos ou libertos) e também portugueses, emissários de comerciantes europeus, que se estabeleciam nos mercados litorâneos da costa centro-ocidental africana, trazendo cativos e mercadorias de áreas do interior de Angola, Benguela ou Congo. Mais tarde, indicaria ainda os atravessadores e vendedores ambulantes de peixe que atuavam em diferentes pontos da região. Mas a palavra não ficou restrita à sua área de origem, generalizando-se na África portuguesa e ganhando o Brasil, onde o comércio se desenvolvia em condições similares. Ao atravessar o Atlântico, contudo, iria adquirir ainda novos contornos. De “comerciantes do mato” do contexto angolano transformar-se-iam, no Rio de Janeiro do século XIX, em “mercadores avulsos”. Cf. ZERON, Carlos Alberto. “Pombeiros e tangosmaos, intermediários do tráfico de escravos na África”. *Actes du Colloque Passeurs Culturels — Médiateurs Culturels*, Lagos (Portugal), 9 a 11 de outubro de 1997. Lisboa: Fundação Callouste Gulbenkian, 1998; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola do Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 98-107.

¹⁶ AGCRJ, Códices 61-3-16; 61-3-17; 61-3-18.

¹⁷ AGCRJ, 61-2-11: Mercado da Candelária (1869), p. 10.

¹⁸ *Almanak Laemmert*, 1875, pp. 839-840.

¹⁹ AGCRJ, Códice 61-2-17: Mercado da Candelária (1870-1879), p.28.

²⁰ AGCRJ, Códice 46-1-6: Lavoura do município — Projetos, medidas de defesa, mercados da pequena lavoura, etc., p. 5-7.

²¹ SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na Corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp, Campinas, 2007, pp. 190-193.

com J. Pereira Rego, fiscal municipal nomeado para a Comissão de licenças, alvarás, mercados públicos e Praça do Mercado, cada toldo, ou chapéu de sol, montado na Praça das Marinhas deveria pagar uma licença anual de 100\$000. Entretanto, ao fazer uma vistoria no local em 23 de fevereiro de 1865, constatou que muitos vendiam sem qualquer autorização. Pela relação da Secretária municipal, somente 35 toldos estariam licenciados. Só que, naquela visita, ele anotou “49 armados, os quais, e talvez ainda mais, já ali existem desde o ano passado”¹⁷.

Talvez por isso, numa tentativa de reordenar o espaço, quando a Praça foi arrendada ao comendador Antonio José da Silva em 1869, três amplos *chalets* foram construídos nas Marinhas, divididos em barracas abertas com “comércio destinado à alimentação”¹⁸. Para ocupá-las, era necessário solicitar uma licença e pagar uma taxa anual à Câmara. Ainda assim, lavradores ou roceiros que quisessem continuar, “como antigamente, a venda de seus produtos” podiam se instalar no “espaço livre” reservado para eles, nos arredores do *chalet* erguido perto do Trapiche Maxwell, sem “ônus algum de locação ou qualquer outro”¹⁹. Mas essa nova reorganização pareceu desagradar alguns trabalhadores ali instalados.

Em 23 de abril de 1876, dois pavilhões haviam sido parcialmente destruídos por um incêndio. Contrários à sua reconstrução, diversos negociantes e proprietários estabelecidos na Praça das Marinhas enviaram uma representação ao Governo Imperial, alegando que a falta de higiene e a transformação de algumas barracas em cortiços estavam condenando os *chalets* e concorrendo para a proliferação da febre amarela. Nove dias depois, mais de 70 negociantes — entre os quais 18 quitandeiras — enviaram um outro abaixo-assinado à Câmara Municipal. Só que este grupo exigia a reconstrução dos pavilhões, já que facilitavam bastante o “depósito, [a] guarda e [a] venda dos gêneros de primeira necessidade”. Alegavam que, desde o incêndio, “forçados a vender sem abrigo”, vinham sofrendo prejuízos, que acabavam revertidos para o público, “em parte pela alteração inevitável dos preços e falta de facilidades na compra de gêneros”²⁰. Em poucos meses, as súplicas foram atendidas e os pavilhões, reerguidos.

Petições e ofícios como esses eram bem comuns naquela época. Os comerciantes da Praça, assim como outros trabalhadores da Corte, não hesitavam em expressar seus protestos contra as ações da polícia ou as decisões da municipalidade que consideravam prejudiciais a seus interesses. Mesmo que o exercício da cidadania fosse precário durante o Segundo Reinado, a população criava expectativas sobre seus direitos e sempre encontrava caminhos para reivindicá-los. Quando se considerava, ou se fazia crer, cumpridora de seus deveres, a disposição para luta se tornava ainda maior. Como destaca Juliana Teixeira Souza, na medida em que davam conta de suas obrigações, esses trabalhadores urbanos desejavam que seus direitos fossem reconhecidos e resguardados pelos governantes. Em muitos casos, recorriam diretamente ao Imperador, a quem caberia zelar pela paz, pela defesa e pelo proveito de todos os seus súditos²¹. Em outros, podiam mesmo lançar mão de protestos mais organizados e combativos.

No cais das Marinhas, essas tradições de luta vinham daqueles “tempos imemoriais”. Em maio de 1776, quitandeiras negras — escravas ou libertas — enviaram um ofício à Mesa do Senado da Câmara do Rio, pedindo para não serem despejadas de seu costumeiro local de trabalho, como queria um juiz de fora (autoridade que presidia a Câmara). Conforme

destacaram no documento, “[elas] sempre gozaram a posse de vender suas quitandas defronte da casa da Câmara, na frente do mar, e justamente na vizinhança das bancas em que se vende o pescado, sem que por isso se embarace a serventia da rua; para o que costumam anualmente tirar licença do Senado e pagar o devido foro, como o mesmo escrivão e tesoureiro do Senado podem informar.”²²

Depois de angariarem o apoio do procurador municipal — que dizia ser “sensível a falta delas na citada paragem, pelo não pouco incômodo que tem experimentado o povo” — as quitandeiras conseguiram retornar ao seu tradicional ponto de venda. Em um parecer sucinto, o ministro da Justiça determinou que elas permanecessem nos fundos da casa da Câmara e Cadeia, pois “o bem comum deve prevalecer a qualquer utilidade particular”.

Em sua análise sobre o manifesto, Flávio Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares assinalam que essa, talvez, tenha sido a primeira vitória de uma certa “cidadania” na urbe carioca, envolvendo a população negra, africana e crioula, residente na capital da Colônia. E, mais do que isso, o protesto deixava claro o nível de organização coletiva e ocupacional dessas mulheres quitandeiras em pleno século XVIII, que lhes permitira não somente administrar a posse do terreno, como criar uma cisão entre os “homens bons” do Rio de Janeiro.²³

Na mesma época, os vendeiros de peixe também dirigiram suas queixas ao presidente e aos vereadores do Senado. Além de solicitarem mudanças no pagamento do foro para a ocupação do terreno, reclamavam dos atravessadores e *pombeiros* que ofereciam pescado ali sem as devidas licenças²⁴. Embora não tenham sido inteiramente atendidos em sua súplica, essa petição evidencia como a categoria também se mantinha organizada politicamente. E ainda demonstra que as rixas com os mercadores avulsos de peixe, quase sempre taxados de especuladores, vinham de longa data — e se estenderiam até princípios do século XX. Já em 1748 a Câmara tomava providências para defender o público dos “atravessadores gananciosos”, exigindo que fosse construída uma casa para o almotacé fiscalizar a venda do pescado na Praia do Peixe²⁵.

Como é possível notar, os *pombeiros* eram, ao mesmo tempo, alvo das reclamações de vereadores e empresários da Praça e também de outros trabalhadores instalados no cais das Marinhas. Num abaixo-assinado enviado à Câmara em novembro de 1869, lavradores de Inhaúma e Irajá, todos “cidadãos brasileiros e portugueses”, reclamavam das licenças que a municipalidade tinha concedido aos *pombeiros* e especuladores, “a maior parte vadios e sem domicílio, que vantagem nenhuma oferecem ao país”. Ao ocuparem os grandes chapéus de sol colocados ali na Praça, eles acabavam usurpando-lhes espaço e consumidores.²⁶ Como não havia quem ficasse imune à concorrência no comércio de gêneros alimentícios, muitos procuravam, para justificar seus “privilégios” e impedir que concessões fossem estendidas a outros trabalhadores, estigmatizar os concorrentes, como fizeram os lavradores de Inhaúma e Irajá. Entre protestos de um lado e de outro, a tendência era que o grupo melhor estabelecido se manifestasse contra seus concorrentes diretos mais frágeis²⁷.

Quem sabe também os roceiros, em sua maioria portugueses e brasileiros brancos, estivessem envolvidos em disputas étnicas e raciais com os *pombeiros* (muitos dos quais descendentes de africanos)? De fato, esta é uma possibilidade, já que, desde a década de 1870, a competição por espaço

²² Arquivo Nacional, Códice 807, v. 19, “Requerimento das quitandeiras em que pedem se lhe não perturbem vender suas quitandas defronte da casa da Câmara, em frente do mar”. Este documento foi analisado em: GOMES, Flávio S. & SOARES, Carlos E. Líbano. “‘Dizem as quitandeiras’: ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, v.15, n.2, jul./dez.2002, pp. 3-16.

²³ GOMES & SOARES, op. cit., p. 6.

²⁴ AGCRJ, Códice 61-3-12: Auto dos vendeiros de peixe da banca desta cidade, 1780.

²⁵ CORACY, op. cit., p. 61.

²⁶ AGCRJ, Códice 46-1-5: Lavouira do município: mercadores de pequena lavouira (1833-1872), p.48.

²⁷ SOUZA, op. cit., p. 175.

²⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, julho/1988, pp. 30-56; FARIAS, Juliana B. "Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades". In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp.238-246. Cf. FARIAS, Juliana Barreto. "Descobrimo mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades". In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio dos S. & SOARES, Carlos Eugênio. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

²⁹ *Jornal do Commercio*, 3 de maio de 1872, p. 3; *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de maio de 1872. Cf. CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 1998, p. 268. FARIAS, J. B. "Descobrimo mapas dos minas", op. cit., p. 128.

³⁰ Idem.

³¹ AGCRJ, Códice 61-2-25: Mercado da Candelária (1881-1885), p. 71. Cf. *Jornal do Commercio e Gazeta de Notícias*, 6 de dezembro de 1885.

³² Paralisações do trabalho já ocorriam na Corte desde pelo menos meados do século XIX, envolvendo até mesmo escravos. Em 1858, tipógrafos pararam nas três folhas diárias da Corte, naquela que já foi considerada "a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil". Podemos citar ainda a luta dos caixeiros contra a abertura do comércio aos domingos em 1866 e a greve dos cocheiros da Botanical Garden, em 1873, que exigiam a readmissão de companheiros demitidos. Contudo, como destaca o historiador Marcelo Badaró, foi só a partir do final do século XIX que as greves se generalizaram no Rio, assumindo contornos de principal instrumento de classe. Cf. GOMES, Flávio dos Santos. "História, protesto e cultura política no Brasil escravista". In: SOUZA, José Prata de. (org.) *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998, p. 66; MATTOS, Marcelo

no mercado de trabalho urbano e também pela sobrevivência na cidade acirrava rivalidades entre africanos e imigrantes europeus²⁸. Em maio de 1872, por exemplo, cinquenta "pretos ganhadores", que costumavam carregar carne-seca em canoas até a Praça das Marinhas, brigaram com 12 trabalhadores brancos "ocupados naquele mesmo serviço". Poucos dias antes, os pretos haviam exigido um aumento de vinte réis aos donos da carne-seca. Como não quisessem se sujeitar a essa exigência, os patrões resolveram chamar trabalhadores brancos. Inconformados com a nova situação, os ganhadores voltaram às 12 horas do dia 2 de maio, "armados de cacetes e um deles com uma foice", assaltaram os novos trabalhadores, travando-se "luta renhida", só debelada após a atuação de um capitão e de praças da guarda urbana. Ao noticiar a contenda, o *Diário do Rio de Janeiro* destacara que os pretos carregadores teriam feito "uma parede", "à moda da Costa da Mina", o que acabou provocando a prisão de sete escravos e um negro liberto.²⁹

Seja como for, o certo é que, se os *pombeiros* muitas vezes entravam em atritos com outros trabalhadores da Praça, quando as divergências eram com empresários, políticos ou fiscais, não hesitavam em se aliar a seus velhos contendores. Em 2 de abril de 1872, roceiros, abastecedores e *pombeiros* da Praça do Mercado, unidos num abaixo-assinado enviado à Câmara, reclamavam dos "vexames e atropelos que sofrem" por parte do fiscal da freguesia da Candelária.³⁰ Mais de dez anos depois, em 5 de dezembro de 1885, pequenos lavradores do município neutro e da província do Rio de Janeiro afirmavam, em mais um abaixo-assinado, que "é falso serem eles motivos de queixa dos mercadores de verduras, denominados *pombeiros*, quando pelo contrário, com estes vivem na maior harmonia, e fim tanto [sic] protestam que desejam como até aqui continuarem a negociar conjuntamente nos mesmos lugares do mercado."³¹

Como se vê, pequenos lavradores, quitandeiras e *pombeiros* ocupados com o comércio de gêneros agrícolas e peixe nas bordas do Mercado da Candelária lutavam, com as armas que dispunham, para conseguir seus direitos. Até a década de 1880, o usual era a "revolta pacífica", por meio de petições e abaixo-assinados enviados à Câmara Municipal. Em 1885, quando os tipógrafos e os cocheiros da Botanical Garden já haviam ensaiado seus movimentos grevistas, os mercadores e produtores das Marinhas decidiram partir para "ataques" mais diretos e até mesmo violentos³². As estratégias podiam até ser consideradas uma novidade ali na Praça. Mas estavam imbuídas de padrões, valores e tradições forjados naqueles momentos anteriores³³. Vejamos então mais de perto como esses elementos culturais e políticos imiscuíram-se na greve de 1885.

A greve

Tudo começou no dia 5 de outubro, com a inauguração das novas barracas para venda de hortaliças e legumes na Praça das Marinhas, construídas para substituir os chapéus de sol montados ao lado dos *chalets* erguidos no local em 1869³⁴. De acordo com os empresários Bernardo de Oliveira Melo, Vital Vaz do Espírito Santo e Arthur Deodécio Nunes de Souza, do consórcio Oliveira & C., responsável pelo arrendamento do terreno, as 53 bancas, com armação de ferro e cobertura de lona impermeável, abrigariam os pequenos lavradores e consumidores do sol e da chuva e

ainda promoveriam “um grande melhoramento para a salubridade local e até para os comerciantes”³⁵. Para desfrutar de tal *privilégio* era necessário desembolsar uma diária de \$400 réis³⁶. Só foi difícil encontrar alguém disposto a pagar a quantia.

Enquanto os convidados dos empresários almoçavam e brindavam no *Hotel Novo Mundo*, uma greve já havia sido organizada na praça. Nenhum barraqueiro apareceu para oferecer legumes, aves, frutas e outros gêneros de consumo diário. No cais das Marinhas, escravos, libertos e homens livres foram impedidos de descarregar produtos. Quando dois negociantes de verduras tentaram ocupar duas das tão “faladas barraquinhas”, foram barrados por seus “colegas de roça”. Uma escolta policial se apresentou no local e, mais tarde, apareceram ainda o 3º delegado, Dr. Carijó, seu escrivão e o capitão Vieira, que ali permaneceram até adiantadas horas. Contudo, nenhuma ocorrência mais séria foi registrada. Apenas o Sr. Inocêncio Correia da Silva, subdelegado da freguesia de Itamby, em São João de Itaboraí, foi detido — e solto logo em seguida — por ter falado “cobras e lagartos” das barracas.

Só que a confusão já estava armada nas ruas e folhas impressas da Corte. Na edição do *Jornal do Commercio* do dia seguinte, era possível ler a petição que os mercadores enviaram ao Ministério do Império, apelando ao imperador. No documento, que trazia a assinatura *O povo*, lembravam que já não lhes parecera regular o contrato de 1869, que também privara o “povo” de um espaço público. Mas, naquela época, acabaram relevando o ato da Câmara, já que os *chalets* traziam à população e ao pequeno comércio de caráter mais fixo o “benefício do abrigo”. E ainda lhes deixava reservado o cais, “formado pelo espaço de 30 palmos a estreita rua entre a rampa da Doca e os chalets da praça das Marinhas”. Agora, entretanto, não podiam aceitar que este pequeno e acanhado espaço fosse transformado em “posseção de empresários felizes”³⁷.

Nas seções de “publicações a pedidos” de diversos jornais, como *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*, os concessionários apresentavam suas reclamações, destacando que era “evidente o interesse coletivo resultante [do contrato]”. Por um lado, o público poderia consumir os produtos sem que ficassem expostos ao sol ou à chuva; e os comerciantes, mediante uma “módica contribuição”, teriam abrigo do tempo, lugar certo e “uma comodidade que não oferecia a promiscuidade de então”³⁸. Acontece que poucos achavam aquela taxa tão modesta assim. Ora, como as barraquinhas mediam um metro de largura por três de comprimento, e cada vendedor a dividiria com outros cinco, no final acabariam desembolsando 400 réis diários, ou doze mil réis mensais, “por um espaço insuficiente para conter o mais insignificante produto da pequena lavoura”³⁹. Se levarmos em conta que muitos pagavam cerca de 15 mil réis anuais pelo arrendamento de pequenos pedaços de terra nas freguesias suburbanas da Corte ou nas áreas rurais de Niterói, é possível ter uma idéia de quão elevada era a mensalidade cobrada.

Por isso mesmo a movimentação dos grevistas não cessava. Durante a madrugada do dia 7, as estacas de algumas barraquinhas foram arrancadas. Logo pela manhã alguns vereadores se dirigiram à Praça para tentar falar com os pequenos lavradores. Mas nenhum acordo foi firmado. No dia seguinte, com a praça ainda deserta, mais de cem quitandeiros e mercadores das freguesias suburbanas decidiram “marchar” até a rua do Ouvidor

Badaró. *Experiências comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Tese apresentada para concurso de professor titular de História do Brasil da UFF, 2005; POPI-NIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Para Salvador, ver: REIS, João J. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, 18, 1993, pp. 8-21.

³³ Conforme destaca Thompson, a análise do processo de formação da classe deve recuar aos momentos anteriores, formadores de padrões e valores forjados na luta de classes, que orientam a visão de mundo da “nova” classe. Da mesma forma, do ponto de vista das experiências organizativas, o historiador inglês ressalta que discursos e práticas de fundo classista surgem mesmo em meio a organizações coletivas de natureza não-sindical ou partidária. Assim, a tentativa de aferir consciência de classe pela participação em partidos e sindicatos não é necessariamente a mais adequada. Cf. THOMPSON, E. P. “Algumas considerações sobre classe e falsa consciência”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

³⁴ A reconstrução dos acontecimentos apresentada a seguir está em diversos jornais e revistas publicados no período, como *O Diário de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Mequetrefe*, *Revista Ilustrada*, entre outros. Uma ampla descrição desses dias de greve também aparece em: FARIAS, Juliana Barreto. “Mercado em greve: protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – outubro, 1885”. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 127, 2007, pp. 99-157.

³⁵ AGCRJ, Códice 58-3-39, “Barracas na praça das Marinhas e à margem do cais da doca da praça do Mercado, em substituição aos ‘chapeos de sol’”, colocados na mesma área”, p. 4.

³⁶ O consórcio Oliveira & C. deveria, para construir as barracas e explorar o local, pagar uma jóia de 20:000\$000, locação de 5:000\$000 anualmente, além de outras obrigações, como: asseio do terreno, consertos,

arborização — gastos superiores a 50:000\$000 no 1o biênio, e no resto do prazo em cerca de 18:000\$000 anual. AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., p. 2.

³⁷ *Jornal do Commercio*, “A barraca do cais da doca”, 6 de outubro de 1885, p. 2.

³⁸ *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Diário de Notícias*, “As barracas da Praça das Marinhas e a greve”. 6 de outubro de 1885. Uma opinião bem próxima à dos vereadores, que aprovaram o contrato em sessão de 30 de outubro de 1884, por reconhecerem “as vantagens que resultarão desse melhoramento, não só para a fiscalização, como para a higiene daquele local na dita Praça”. AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 8.

³⁹ AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 33.

⁴⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969, p. 121. Cf. SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 234-239.

⁴¹ *Gazeta da Tarde*, “Justo protesto”, 8 de outubro de 1885, p.1.

⁴² DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 16-18.

⁴³ FARIAS, Juliana B. “Jornalismo e política”, op. cit.

⁴⁴ *Gazeta de Notícias*, “A crise dos legumes”, 11 de outubro de 1885, p. 1.

e recorrer às “folhas impressas”. Depois de ouvirem o Comendador João Gomes Carneiro em frente à redação da *Gazeta de Notícias*, seguiram para a *Gazeta da Tarde* e ali foram recebidos por seu diretor, o abolicionista José do Patrocínio⁴⁰. Como tantos na imprensa, este fervoroso jornalista também levantou a voz contra o “esbulho” que tornava aqueles homens “vítimas da Câmara Municipal”: “Assim como os pequenos lavradores tinham a enxada e o ancinho como arado de trabalho, nós, os homens da imprensa, também filhos do povo, tínhamos a pena que para nós representa o papel daqueles instrumentos com qual afastamos a ciscalhada que tende a abafar os direitos do povo.”⁴¹

E não faltavam jornal e jornalista para apoiarem os grevistas. Ainda que apresentassem perfis distintos, uns tendendo para uma postura mais conservadora, caso do *Jornal do Commercio*, outros mais liberais, como a *Gazeta de Notícias*, quase todos os periódicos da Corte deixavam claro seu apoio ao movimento, publicando textos e imagens com muitos gracejos e críticas aos empresários, a Câmara Municipal e seus vereadores. Mas apoiavam uma postura legalista, repudiando ações mais violentas. Ainda assim, para além de simplesmente noticiarem as disputas e discussões travadas naqueles dias de outubro, jornais e revistas ilustradas ampliaram sua dimensão e atuação política, influenciando a opinião pública e mesmo determinando o desenrolar do movimento grevista. Durante quase uma semana, diferentes “vozes” — ou “coletâneas de relatos”, como diria Robert Darnton⁴² — se confrontaram e muitas vezes se aproximaram nas páginas da imprensa carioca, naquele momento, um dos principais fóruns de debates políticos⁴³.

Para evitar ainda mais barulho, o Ministro do Império Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, ordenou que a Câmara suspendesse o contrato e a armação das barracas até que o impasse com os grevistas fosse resolvido. Chegou-se a acreditar que finalmente a Praça das Marinhas voltaria “ao seu antigo estado de coisas e as couves ao seu antigo preço”.⁴⁴ Mas os ânimos estavam longe de amainar.

Na tarde de 8 de outubro, um grupo de lavradores da Penha não deixava que um só animal carregado ou qualquer carroça com legumes e verduras passasse pela ponte de Cascadura em direção à Corte. Muitos tropeiros tiveram de voltar com suas cargas, recebendo daqueles homens algumas quantias para acudir as suas necessidades enquanto persistisse a greve. Durante a madrugada, treze barraquinhas foram inutilizadas na Praça das Marinhas. De manhã, pequenos agricultores de Irajá, Inhaúma e Jacarepaguá dividiram-se em dois grupos: enquanto um, postado em diversos pontos da estrada, impedia a passagem de cargueiros e carroças que se dirigiam para a estação de trem da região; o outro, ali nas proximidades, armado de cacetes, proibia que os carregadores recebessem os carros de legumes e hortaliças. Nenhum volume foi despachado na estação, que, diariamente, remetia mais de 500 caixas de verduras para a praça. Nos largos do Pedregulho, Benfica e Praia Pequena, cerca de cem homens, portando revólveres, punhais, foices e cacetes, também barravam os carregamentos que desciam de Inhaúma e Irajá. Quinze praças de polícia foram até ali para conter atos mais violentos. O conflito foi inevitável e resultou no ferimento de soldados e grevistas, e ainda na prisão de 17 homens.

Nesse mesmo dia, *Infelizes quitandeiros* recorreram ao imperador D. Pedro II para denunciar dois escrivães, um filho e um genro de vereadores

que tinham interesses no contrato das barraquinhas. No “A pedidos” do *Jornal do Commercio*, questionavam como poderiam “obter justiça os infelizes que têm de pagar aos protegidos contratantes todo o lucro de sua pequena indústria”⁴⁵. Na mesma página, *O Povo* também fazia seu protesto, apontando os interesses de um “*genro de vereador*” e de um “*funcionário da policia*” no “escandaloso contrato que tanto tem irritado a opinião pública”⁴⁶. Revelava ainda que a “abundância policial” que se ostentava contra “pacíficos lavradores e produtores do Recôncavo que vêm à feira” só podia ser “indício da proteção que dá o prestígio daquele sócio que sabe o nome *aos bois*, que dá leis na casa de policia, onde é verdadeiro *triumfo*”.⁴⁷ Dois dias antes, um leitor que assinava como *Um que não quer as barracas* já havia feito denúncia semelhante no *Diário de Notícias*. Como fez questão de registrar, o “monopólio” imposto ali na Praça tinha como sócio um vereador⁴⁸.

Ninguém parecia querer dar “nome aos bois”. Entretanto, consultando os papéis da Câmara, encontramos Augusto Nunes de Souza, vereador que tinha o mesmo sobrenome de um dos empresários do consórcio, Arthur Deodécio Nunes de Souza⁴⁹. Seriam os parentes referidos pelos *Infelizes quitandeiros*? É bem provável que houvesse mesmo algum parentesco entre eles. Num dos ofícios enviados à municipalidade ainda no início de 1885, as acusações foram ainda mais diretas. De acordo com o documento, na “imoralíssima questão das barraquinhas”, estava envolvido o vereador, “pai de um dos hoje conhecidos que fazem parte da comandita”⁵⁰.

De todo modo, enquanto nas freguesias suburbanas muitos optavam por ações mais diretas, e mesmo violentas, no coração da Corte, mais de duzentos lavradores preferiram reunir-se numa casa da rua Ourives para discutir a “questão das barraquinhas”. Depois de muito falatório, decidiram aguardar deliberação da Câmara Municipal para tomar uma resolução definitiva. Contudo, garantiram que se não pudessem voltar para seu lugar na praça das Marinhas, ocupariam o centro e as ruas ao redor da Praça da Harmonia. Mas tal medida não foi necessária.

Talvez porque não quisesse sofrer mais um desgaste, como aquele de cinco anos antes, durante a Revolta do Vintém, ou desagradar ainda mais a “lavoura nacional”, D. Pedro II resolveu intervir nos conflitos armados na praça. Em fins de dezembro de 1879 e início de 1880, a revolta contra o aumento do preço dos bondes tomou as ruas do Rio, reunindo uma multidão de quase 4 mil pessoas no Largo do Paço. Embora a lei que definiu esse novo valor tenha sido proposta pelo ministro da Fazenda e, em consequência, as escaramuças estivessem dirigidas ao gabinete ministerial e não propriamente ao imperador⁵¹, a presença de instigadores republicanos entre os manifestantes conferiu ao movimento uma dimensão mais ampla, de verdadeira hostilidade à monarquia⁵². Cinco anos mais tarde, entre aqueles que apoiavam os pequenos lavradores em greve, estava o jornalista José do Patrocínio, um dos líderes republicanos que, em 1880, havia insuflado as massas a favor da revogação da medida. Portanto, não faltavam motivos para que D. Pedro II ficasse receoso naqueles dias de outubro de 1885. Na *Gazeta da Tarde* de 7 de outubro, Patrocínio falava das desvantagens das novas barracas e aproveitava para criticar o regime imperial: “As barraquinhas vêm desse tráfico de privilégios, que tanto tem honrado o segundo império, e que é também providencialmente a larga brecha por onde há de entrar a onda popular para lavar o país da mancha de um governo, que não se respeita.”

⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 9 de outubro de 1885, p.4. A nota saiu com a assinatura de *Infelizes quitandeiros*.

⁴⁶ *Jornal do Commercio*, “As barraquinhas e o cais da Doca”, 9 de outubro de 1885, p.4.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ *Diário de Notícias*, “Monopólio escandaloso”, 7 de outubro de 1885, p. 3.

⁴⁹ AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 8.

⁵⁰ *Idem*, folha 80.

⁵¹ Nessa época, presidia o Conselho de Ministros o visconde de Sinimbu, e era ministro da Fazenda o futuro visconde de Ouro Preto. “Esse gabinete sucedera ao de Caxias, e representava a volta dos liberais ao poder, depois de anos de domínio conservador”. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 175.

⁵² Cf. GRAHAM, Sandra L. “O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880”. *Revista Brasileira de História*, vol. 10/n. 20, São Paulo, mar/ago 1991.

⁵³ Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora da FGV/Edur, 2007, pp. 19-91.

⁵⁴ AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 96.

⁵⁵ O aviso foi expedido pela Secretaria Municipal no dia 23 de novembro, sob a assinatura de J. A. de Magalhães Castro Sobrinho, e publicado no *Jornal do Commercio*, em 26 de novembro de 1885. Os pedidos por escrito incluíam informações sobre os locais de residência e lavoura, o tipo de transporte utilizado para conduzir os produtos, nomes de encarregados e, em alguns poucos casos, informações como nacionalidade, estado civil e idade do comerciante. Seguindo as recomendações da Câmara, os lavradores ainda apresentavam atestados de inspetores de quarteirão, procurações e documentos comprovando seu ofício e o lugar de residência, como escrituras de compra e venda de propriedade ou recibos de arrendamento de terrenos.

⁵⁶ AGCRJ, Códice 46-1-5: Lavoura do município: mercados da pequena lavoura (1833-1872), p. 48-51.

Mesmo que nem todos tenham sido tão diretos quanto o jornalista da *Gazeta*, a combatividade e as idéias republicanas também se espalhavam por outros jornais e pelas ruas. Sendo assim, como é possível perceber em alguns textos, sob as manifestações em favor dos grevistas, também se revelavam críticas ao governo e discussões mais finas sobre os direitos da população e a construção de uma cidadania⁵³. Diante de “tamanho grita”, em 12 de outubro o imperador ordenou, por intermédio do Barão de Mamoré, que os vereadores designassem “um local no litoral em que os referidos comerciantes possam expor à venda os seus produtos sem os vexames a que se sujeitou a concessão irrefletidamente feita para o assentamento das barracas”.⁵⁴

Parece que a determinação de um lugar próximo ao cais e a apenas quatro ou cinco braças daquele que foi arrendado a Oliveira & C. acalmou os pequenos lavradores, que suspenderam os protestos. Afora a licença anual que já pagavam à Câmara, não precisariam desembolsar qualquer outra quantia; só teriam mesmo que enviar novos requerimentos à Câmara para continuarem com seu negócio. Na manhã do dia 15, grande número de barcos já descarregavam legumes no cais do Pharoux e na praça das Marinhas. Ali perto, na Praça de D. Pedro II, roceiros de Niterói e “lugares circunvizinhos” faziam seu negócio. Já os lavradores da Penha, de Inhaúma e outras áreas suburbanas instalaram suas quitandas ao lado da Alfândega. Quanto às novas barraquinhas de ferro, voltaram a ser armadas na Praça das Marinhas em 24 de outubro, e só aqueles que quisessem mesmo ocupá-las teriam que pagar os 400\$ diários. Os empresários do consórcio, por sua vez, tiveram que esperar até o ano de 1886 e as longas discussões na Câmara para terem os direitos, que julgavam perdidos com as mudanças no contrato, ressarcidos.

Entre pequenos lavradores e quitandeiras

Os grevistas da Praça das Marinhas não contavam com líderes declarados ou grupos institucionalizados à frente de seu movimento. Ainda assim, estava evidente o grau de mobilização e organização. Para além da experiência em comum na labuta cotidiana no grande mercado da Corte, boa parte daqueles trabalhadores estava unida por laços de amizade, vizinhança, familiares ou étnicos. Consultando a documentação sobre comércio de gêneros alimentícios guardada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sob a rubrica “Lavoura do município”, localizei seis códices com licenças manuscritas enviadas por lavradores à Câmara Municipal, todas no mês de dezembro de 1885. Antes dessa data, os registros são bem esparsos. A explicação é simples. Até então, a Câmara só exigia dos comerciantes o pagamento de uma licença anual pelo aluguel da vaga em uma barraca ou num chapéu de sol na Praça das Marinhas. Entretanto, com a greve de outubro de 1885, os vereadores mais uma vez se viram diante da necessidade de ordenar e controlar os trabalhadores ali instalados.

Assim, depois de encerrado o movimento grevista, decidiram, em sessão do dia 19 de novembro, convidar os pequenos lavradores para que, no prazo de 15 dias, se inscrevessem na Secretaria Municipal. Junto a seus requerimentos, deveriam ser anexados: “atestado da autoridade policial sobre identidade da pessoa; declaração da capitania do porto sobre a embarcação destinada ao transporte do gênero; e prova de proprieda-

de, ou de arrendamento do solo cultivado”. Se tivessem comissários ou consignatários, era necessário incluir ainda uma procuração; licença do estabelecimento para depósito dos gêneros e certidão de licença municipal para o negócio⁵⁵.

Boa parte dos negociantes inscritos no final de 1885 já estava no cais das Marinhas desde pelo menos a década de 1870⁵⁶. Sendo assim, essas licenças apresentam-se como as melhores fontes para conhecer os trabalhadores do pequeno comércio de gêneros alimentícios ocupados naquela área do Mercado da Candelária. Nos seis volumes de manuscritos, identifiquei requerimentos de 315 lavradores, dos quais apenas 3 não indicavam o endereço de suas roças. Os moradores do município de Niterói constituíam uma maioria, totalizando 187 comerciantes. Neste grupo, destacavam-se as freguesias rurais de São Gonçalo (125) e Cordeiros (53). Logo em seguida, vinham as áreas suburbanas do município neutro do Rio de Janeiro, com 50 residentes em Irajá; 47, em Inhaúma, e 15, na Ilha do Governador. O Engenho Novo contava com apenas 2 homens. Já Maricá e Itamby, na comarca de Itaboraí, juntos contabilizavam 8 roceiros. E o município de Magé, somente 2.

Quase todos esses lugares eram áreas antigas de produção de açúcar que, para escapar da crise, voltaram-se para a policultura já em finais do século XVIII. Tanto nas freguesias suburbanas do Rio como nas áreas rurais de Niterói⁵⁷ — regiões que mais concentravam os produtores representados no cais das Marinhas — as propriedades foram se especializando no fornecimento de mantimentos de “primeira necessidade” para os mercados da capital carioca. Pouco a pouco, seus velhos engenhos foram partilhados e alugados a agricultores “sem terra”⁵⁸. Instalados em terras alheias, cultivavam roças de mandioca, café, laranjas, limão, quase sempre atendendo à demanda do mercado do Rio de Janeiro. Em São Gonçalo e Cordeiros, podiam contar com o trabalho de uns poucos escravos e experimentar novas técnicas de cultivo. Só que levavam uma vida simples. Suas casas tinham poucas mobílias: uma mesa, algumas cadeiras, às vezes camas e armários. Ao lado das moradas, construíam casas de farinhas, galinheiros, currais e até mesmo pequenas senzalas.⁵⁹

Dos pequenos lavradores que enviaram licenças à Câmara em 1885, boa parte era de locatários de “pequenas datas de terras”, que ficavam bem próximas umas das outras. Entre os 103 produtores de Niterói que forneceram maiores detalhes sobre suas roças, 74 eram arrendatários e 29, proprietários. De uma maneira geral, as terras desses roceiros não passavam de 50 hectares⁶⁰. Mas havia uns poucos fazendeiros que investiam em escravos e transportes para a condução dos gêneros até o outro lado da Baía.

Por exemplo: a proprietária Maria Gabriela Margarida Bazin Desmarest vivia, desde 1845, numa fazenda de frente para o mar, no Novo Porto da Ponta de São Gonçalo, com casas de vivenda, diversas plantações, arvoredos e mais benfeitorias. Também possuía seis embarcações que usava para transportar os produtos para a Corte. Na Praça das Marinhas, os gêneros de sua lavoura eram vendidos por seus três empregados. Dali de suas terras e porto, logo chamado de Porto da Madama, numa referência à alcunha que a fazendeira ganhara⁶¹, diariamente partiam para o mercado do Rio faluas e barcos carregados de frutas e legumes de mais de 70 roceiros de São Gonçalo e Cordeiros⁶².

Pelas bandas de Irajá e Inhaúma, o cenário era um pouco diferente. Do

⁵⁷ Capital da província do Rio de Janeiro desde 1835, a cidade de Niterói compreendia seis freguesias: São João Baptista; São Lourenço; São Sebastião de Itaipu; São Gonçalo; Nossa Senhora da Conceição da Vargem (Jurujuba) e Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros. Itaipu, São Gonçalo e Cordeiros ficavam nas áreas rurais e, até fins do século XVIII, estavam entre as principais produtoras de açúcar da capitania. Já as freguesias de São João e São Lourenço tornaram-se, ao longo do século XIX, o centro urbano da cidade de Niterói. Cf. MOTTA, MOTTA, Márcia M. Menendes. *Pelas “bandas d’além”: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora, 1808-1888*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFF, 1989 e *Almanak Laemmert*, 1883, p. 418.

⁵⁸ A expressão “sem terra” é usada por Márcia Motta para qualificar os lavradores despossuídos das áreas rurais de Niterói, que arrendavam parcelas em grandes propriedades. MOTTA, op. cit.

⁵⁹ MOTTA, op. cit., p. 68.

⁶⁰ De acordo com Márcia Motta, nas freguesias de São Gonçalo, Cordeiros e Itaipu, 200 hectares de terra eram suficientes para caracterizar uma propriedade como “fazenda”. Como o território tinha extensão pequena e estava bem próximo da Corte e da capital da província, possuir essa extensão de terreno constituía-se numa riqueza relativamente maior do que a mesma dimensão em regiões interioranas. MOTTA, op. cit., pp. 133-134.

⁶¹ Hoje existe no atual município de São Gonçalo um bairro chamado Porto da Madama. Outros bairros da região também conservam os nomes das antigas fazendas e localidades oitocentistas, como Engenho Pequeno, Boassú, Mutuá, Rocha e Pacheco.

⁶² No *Almanak Laemmert* de 1883, anunciava-se que o Porto da Madama recebia “quitandas todos os dias e transporta[va] para a Corte”. *Almanak Laemmert*, 1883, p. 447.

⁶³ GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda& Editores, 2000, pp. 366-367. Cf. BEZERRA, Nielsen Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. Niterói: Eduff, 2009.

⁶⁴ AGCRJ, Códice 46-1-9, op. cit., pp. 224-225; 243-246; 253-254.

⁶⁵ MOTTA, op. cit., pp. 52-53.

conjunto de 97 registros dessas regiões, somente 47 (48,5%) contém algum tipo de informação sobre as roças, tais como endereço, nome do proprietário e valores do aluguel. O restante apenas incluía atestados de inspetores de quarteirão, confirmando que eram de fato “lavradores e moradores naquela freguesia”. Certamente porque quase todos eram apenas arrendatários das fazendas. Em Irajá, não havia nenhum proprietário registrado, ao passo que, em Inhaúma, apenas 6 roceiros eram donos de terras. Por outro lado, muitos produtores dessas regiões conduziam os gêneros de suas roças em embarcações próprias. Com as facilidades marítimas oferecidas no Recôncavo da Guanabara, eles podiam desfrutar de pequenos portos espalhados desde a Praia Pequena (mais tarde chamada de Praia de Benfica) até a desembocadura da Pavuna, destacando-se o famoso porto de Maria Angu e o Porto do Velho em Irajá.⁶³

Em seus requerimentos, os lavradores dessas zonas suburbanas citaram, para cada região, uns quinze barcos diferentes saindo todos os dias para o mercado da Corte. Não é possível saber exatamente de que pontos do litoral partiam, uma vez que não forneceram essas informações. Ainda assim, observei muitas situações em que o lavrador conduzia, em seu próprio barco, os gêneros de sua roça e também os de seus vizinhos. Era assim com José Marques, dono do bote 996 e morador no Engenho da Pedra, em Inhaúma. Diariamente ele partia para a Praça das Marinhas levando os produtos de sua lavoura e ainda as verduras e frutas que Joaquim da Rocha e Silva, Joaquim Antonio do Couto e João Alves Romarinz cultivavam em seus sítios arrendados no Engenho da Pedra.⁶⁴

Também era muito comum que dois ou mais roceiros tivessem embarcações “em sociedade”. O português Manoel José Gomes e o espanhol Bento Martins, que alugavam uma situação na Fazenda de Dona Ana Quintão, em Inhaúma, eram donos do bote 1082, onde carregavam os produtos de suas terras e também os dos lavradores portugueses Antonio Lamas e Vicente Alves da Fonseca, ambos moradores na mesma freguesia. Por sua vez, os também portugueses José Antonio Alves, Henrique José dos Santos, José Maria Soares e José Manoel Ribeiro, todos também residentes em Inhaúma, eram proprietários do bote 1054, em que transportavam gêneros até o cais das Marinhas. Como veremos, boa parte dos pequenos agricultores de Irajá e Inhaúma (e especialmente desta última área) era de imigrantes de Portugal. Envolvidos por uma forte solidariedade étnica, eles se uniam para apresentar suas solicitações à Câmara e vender frutas, legumes e verduras na Praça, e também se tornavam sócios no transporte marítimo, embarcando seus gêneros e os de outros “companheiros”.

Do outro lado da baía, a condução das mercadorias estava concentrada nas mãos de cinco proprietários de embarcações. À frente, vinha a Madama Margarida Desmarest, carregando a produção de cerca de 70 agricultores. Pesquisando inventários da região rural de Niterói, Márcia Motta constatou que os donos de portos eram quase sempre grandes proprietários de terras, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX. Nesse quadro, os pequenos produtores, que eram também arrendatários daquelas fazendas e não tinham como comercializar livremente seus gêneros, acabavam submetidos aos negociantes/donos de portos. Criava-se, assim, uma forma indireta de dominação sobre as pequenas unidades produtivas ligadas à policultura.⁶⁵ Mesmo sem ter como quantificar a participação dos grandes fazendeiros nesse processo, Motta indica que, a partir dos anos

1860, os “sem terra” foram se tornando cada vez mais endividados com os proprietários.⁶⁶

Nas licenças encaminhadas à municipalidade do Rio, verifiquei que, dos 14 proprietários de embarcações indicados pelos roceiros, apenas 4 eram donos de portos e/ou de propriedades. José Pinto da Rocha, por exemplo, tinha oito partes no Porto das Pedras, que também era ocupado por José Antonio da Rocha⁶⁷. Mas vivia em terreno arrendado. Já Joaquim Lima Guimarães tinha um sítio e alugava o Porto do Velho. Esta área de embarque ficava na Fazenda do Porto do Velho, de propriedade de Ignácio Frazão Varela, que também arrendava terrenos a quatro lavradores inscritos em 1885⁶⁸. Só Margarida Desmarest era, ao mesmo tempo, proprietária de fazenda e do Novo Porto de São Gonçalo. E ainda tinha o lavrador José Lúcio de Menezes como locatário de casa e terreno em suas terras, pagando 144 mil réis anuais.

Certamente o novo cenário que se descortinava na década 1880, com um acelerado processo de parcelamento das grandes fazendas, também afetava as áreas de embarque de mercadorias, quase todas alugadas a lavradores proprietários de embarcações. Mas se nem todos os grandes proprietários permaneciam à frente da comercialização da produção agrícola das freguesias de São Gonçalo e Cordeiros, pelo menos os donos de barcos e faluas que faziam o transporte dos gêneros continuavam diretamente envolvidos no que se passava no mercado da Corte. Entre os 57 produtores que assinaram o manifesto enviado ao imperador em 6 de outubro de 1885, primeiro dia da greve das Marinhas, figuravam João Pereira Lima Guimarães, Luis Carr Ribeiro, Manoel Côrrea Torres, José Teixeira da Silva e Maria Margarida Bazin Desmarest (e também seu filho Carlos Francisco Desmarest), todos donos de embarcações em São Gonçalo.⁶⁹

Além disso, examinando os códices sobre a “lavoura do município”, constatei que o neto da Madama Margarida, Paulo José Leroux, tinha procuração, desde junho de 1875, para tratar de todos os negócios de sua avó⁷¹. Seguindo de perto essas determinações, Paulo José aparecia, em dezembro de 1885, como procurador de quase todos os roceiros que conduziam produtos nas embarcações de Margarida. Dispondo dos documentos legais de 70 lavradores, podia inscrevê-los na Câmara Municipal do Rio, como fornecedores que vendiam “os produtos de sua lavoura no mercado público da Corte”. E foi exatamente o que fez naquele mês de dezembro. Também vamos encontrá-lo defendendo os interesses de sua família de maneira mais incisiva. Em 10 de outubro de 1885, Leroux esteve à frente do movimento grevista das Marinhas, presidindo uma reunião com mais de 200 lavradores numa casa da rua Ourives⁷². Mas deixemos essa questão para mais adiante.

Por ora, cabe ressaltar ainda que, em quase todas as regiões mencionadas, a escravidão encontrava-se em decadência. Em princípios do século XIX, muitos pequenos agricultores de São Gonçalo e Cordeiros dispunham de cativos que, embora já velhos, cuidavam das plantações, organizavam e limpavam as hortas e ainda alimentavam porcos e galinhas. Contudo, com o fim do tráfico negreiro, a compra de escravos passou a exigir uma considerável soma de dinheiro. Aos poucos, a renovação da escravaria foi se tornando impossível. Não obstante, às vésperas da Abolição, alguns ainda mantinham um ou dois cativos, num esforço de preservarem a autonomia anteriormente usufruída.⁷³

⁶⁶Idem.

⁶⁷ Cf. BN, *Almanak Laemmert*, 1885, p. 1004.

⁶⁸ Idem, p. 1005.

⁶⁹ BN, *Jornal do Commercio*, “As barracas do cais da doca”, 6 de outubro de 1885, p. 2

⁷⁰ AGCRJ, Códice 46-1-9: Lavoura do município — pedidos de vários lavradores sobre a venda de produtos de sua terra, 21 a 31 de dezembro de 1885, p. 275.

⁷¹ BN, *Diário de Notícias*, “A questão das barraquinhas”, 11 de outubro de 1885, p.1.

⁷² MOTTA, op. cit., pp. 94, 165-167.

⁷³ Entre os locatários que indicaram possuir escravos, estava o agricultor Manoel Antonio da Silva, dono de uma fazenda no Boassú, em São Gonçalo, com cinco cativos, todos de “nação africana”, solteiros, com mais de 40 anos e do “serviço da roça”. Na mesma freguesia, Luiz Martins da Costa Guimarães era proprietário da metade da fazenda do Mutuá, de parte da casa de vivenda, de criados (provavelmente escravos) e senzalas. Também moradora da região, a lavradora Dona Leopoldina Bernarda de Assis possuía casas, benfeitorias de lavoura, terras, móveis e escravos (só não sabemos quantos). Para as áreas suburbanas do município neutro, ninguém mencionou que tinha cativos labutando em suas plantações.

De maneira geral, há poucas referências à presença de escravos nos registros de 1885.⁷⁴ Entre todas as licenças compiladas, somente um lavrador, Rufino José de Almeida, cita seu escravo como encarregado de vender produtos na Praça das Marinhas. Outros 33 agricultores mencionaram 43 empregados e comissários que também trabalhavam para eles no mercado e no transporte de mercadorias, mas não indicaram seu status legal. Nesse grupo, 22 encarregados eram de São Gonçalo (a maior parte executando tarefas para os donos de embarcações, sobretudo como carregadores e remadores); 6, de Cordeiros; 6, de São Lourenço; e 4, da Ilha do Governador. Outros locais, como Irajá, Maricá e Itaboraí, aparecem com apenas um cada. Nenhum comissário foi registrado em Inhaúma. Por outro lado, observamos que seis desses empregados eram filhos dos próprios lavradores. Manoel Domingues Peres, dono de um terreno com três casas edificadas à rua do Galvão, na freguesia de São Lourenço de Niterói, indicou seus dois filhos, Manoel Domingues Peres Junior e Antonio Domingues Peres, como vendedores dos produtos de sua roça no cais das Marinhas. Já Manuel Joaquim Ferreira, que também estacionava seus gêneros no mercado, era filho de João Pereira Ferreira, único lavrador da zona rural carioca que registrou um consignatário.

E esses registros também permitem verificar como os escravos em Irajá e Inhaúma estavam sendo suplantados por trabalhadores livres, especialmente portugueses. Tomando como bases os dados apresentados por Eulália Lobo para os anos de 1870 e 1871, sabemos que, dos 1.200 lavradores registrados na freguesia de Inhaúma, 735 eram livres (677 homens e 58 mulheres) e 465, escravos (407 homens e 58 mulheres). Por sua vez, em Irajá todos os 565 lavradores eram livres (490 do sexo masculino e 75, feminino).⁷⁵ Nessa época, os imigrantes lusitanos já se destacavam nessas freguesias. De acordo com o Censo de 1872, a população geral da cidade do Rio de Janeiro alcançava o total de 274.972 indivíduos, dos quais 226.033 eram livres e 48.939, cativos. Dentre os livres, 73.310, ou cerca de 1/3 da população, eram estrangeiros. E os portugueses constituíam uma esmagadora maioria nesse grupo, totalizando 55.933 pessoas, o que correspondia a 76,29% da colônia estrangeira e 24,74% do total da população livre na cidade.⁷⁶

Como ressalta Lená Menezes, desde o término do comércio negreiro — e principalmente a partir dos anos 1870 — o processo migratório estabeleceria dialética profunda com o da Abolição, tanto no campo quanto na cidade. Assim, as últimas décadas do Oitocentos foram marcadas por considerável aumento populacional, decorrente sobretudo dos processos internos de deslocamento e da imigração europeia, orientada no sentido da substituição do trabalho escravo na lavoura e nos ofícios urbanos. Embora os portugueses tenham se concentrando nas freguesias urbanas da cidade — como Santana, Sacramento e Santa Rita — já nessa época observa-se um movimento para as áreas de fronteira agrícola ou pesca, situadas nas zonas rurais do município neutro⁷⁷. Em 1890, por exemplo, cerca de 19% dos 17.448 moradores de Inhaúma eram estrangeiros. Entre eles, contava-se 2.745 imigrantes de Portugal, o que representava 83% da colônia estrangeira que vivia na freguesia⁷⁸.

Ao solicitarem suas licenças na Câmara em 1885, os lavradores portugueses das zonas rurais do município do Rio fizeram questão de indicar sua nacionalidade e, em alguns casos, também sua idade e seu estado civil. Bem diferente de outras áreas, onde os pequenos agricultores não

⁷⁴ A autora baseia-se nos *Relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império, apresentados à 2ª e 3ª sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1870/1871. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro: Ibmec, 1978, pp. 415 e 423.

⁷⁵ Arquivo Histórico do Itamarati. Diretoria Geral de Estatística — *Censo de 1872*, pp. 58 e seguintes.

⁷⁶ MENEZES, Lená Medeiros de. “A presença portuguesa no Rio de Janeiro, segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”. *Revista População e Sociedade*. Porto: Edições Aframentos, 2007, n.14/15, parte I. Sobre a imigração portuguesa no Rio, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. RIBEIRO, Gladys. “*Ca-bras*” e “*pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha. Niterói, Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFF, 1987.

⁷⁷ MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 2008, p. 52.

⁷⁸ Cf. AGCRJ, Códice 46-1-7, op. cit., p. 195; Códice 46-1-11, op. cit., pp. 202-204.

mencionaram sua procedência. Dessa forma, dos 97 roceiros de Inhaúma e Irajá matriculados naquele ano, 46 eram portugueses. Destes, 30 moravam na primeira freguesia, onde foram citados 14 endereços diferentes. Oito lavradores indicaram o Campo dos Cardosos e a Estrada da Penha. Outros locais, como a Estrada do Bonsucesso, a Serra do Marreco e Manguinhos, foram apontados por somente um ou dois. De Irajá, vinham outros 16 lusitanos, que também eram vizinhos, em lugares como o 3º e o 5º quarteirões.

Certamente por essa proximidade, e sobretudo pelos fortes laços de solidariedade e identidade, muitos optassem por se inscrever em dupla. Há pelo menos 12 situações desse tipo. Os portugueses Miguel Antonio e Albino Miguel informaram, em seu requerimento, que eram moradores e lavradores no Campo dos Cardosos e possuíam a terça parte do bote 1054, onde carregavam produtos até o mercado das Marinhas. Seus vizinhos Antonio Lamas e Francisco Rodrigues, também procedentes de Portugal, trabalhavam juntos na Praça e transportavam os gêneros da roça na embarcação de outro conterrâneo, o roceiro Manoel José Gomes, em sociedade com o espanhol Bento Martins⁷⁹. Cabe mencionar ainda que 9 portugueses informaram sua idade (a média ficava entre 30-40 anos) e 8 falaram de seu estado civil (a maior parte era de casados).

* * *

Mas quantos desses lavradores participaram de fato do movimento grevista de 1885? Confrontando os registros enviados à municipalidade com as notícias sobre a greve publicadas na imprensa, consegui identificar pelo menos 28 indivíduos que teriam participado do movimento. Já vimos que vários donos de embarcações de São Gonçalo assinaram a petição remetida ao Ministério do Império logo no primeiro dia do movimento grevista. Nesse grupo, estava a proprietária Margarida Bazin Desmarest, que também foi representada por seu filho Carlos Francisco Desmarest e seu neto Paulo José Leroux. Este último teve uma atuação ainda mais direta, comandando uma reunião com cerca de duzentos lavradores numa casa na rua do Ourives. As informações sobre essa assembléia são sucintas. De acordo com o *Diário de Notícias* de 7 de outubro, Leroux mostrava-se bem articulado, falando contra as barraquinhas e anunciando que já havia combinado com a empresa da Praça da Harmonia para que as vendas fossem transferidas para o local, caso o impasse com a Câmara e os empresários não fosse resolvido.⁸⁰ Ainda esmiuçando a petição encaminhada ao governo, verifiquei que, entre os 57 lavradores que organizaram o documento, estavam 20 que residiam na freguesia de São Gonçalo. Destes, pelo menos seis eram consignatários dos proprietários de barcos na região. Também havia três roceiros de Cordeiros, um outro de Itaboraí (que era consignatário), um da Ilha do Governador e um de Irajá. Esses dados vêm mais uma vez confirmar que os pequenos proprietários de embarcações, que monopolizavam o transporte de mercadorias das áreas rurais de Niterói para a Corte, estavam diretamente envolvidos na greve da Praça.

Por outro lado, também encontrei, nos registros da imprensa, uma lista com os nomes de 17 pequenos lavradores detidos nos largos do Pedregulho, Benfica e Praia Pequena (freguesias de Irajá e Inhaúma), no dia 11 de outubro de 1885. Levados para a Casa de Detenção, não ficariam nem cinco dias ali. Embora o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro guarde diver-

⁷⁹ *Diário de Notícias*, 11 de outubro de 1885, "A questão das barraquinhas", p. 1.

⁸⁰ Cf. *Diário de Notícias*, 11 de outubro de 1885, "A questão das barraquinhas", p. 1; AGCRJ, Códice 46-1-7, op. cit., p. 197.

⁸¹ *O Mequetrefe*, 10 de outubro de 1885, p. 4.

⁸² *O Mequetrefe*, 10 de outubro de 1885, p. 4.

⁸³ Sobre as negras minas quitandeiras, ver artigos de Carlos Eugênio L. Soares e Flávio Gomes: SOARES, Carlos E. Líbano. "Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro, 1835-1900". In: FRAGOSO, J., MATTOS, H. M. & SILVA, F. C. (orgs.) *Escritos sobre história e educação*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001, pp. 401-415; "A 'nação' da mercancia: Condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900". In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio S. & SOARES, C. E. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 193-247. GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. "'Dizem as quitandeiras'... : ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16. Cf. FARIA, Sheila de Castro. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850)*. Tese de Professor Titular defendida junto ao Departamento de História da UFF, Niterói, 2004, p. 235; "Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850)". In: SOARES, M. C. *Rotas atlânticas da diáspora africana, da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp. 101-134.

so volumes com as fichas de entrada de presos na Detenção, justamente o período de outubro de 1885 não consta da documentação conservada. Assim, não foi possível identificar em detalhes esse grupo de grevistas. Porém, cotejando a relação de presos publicada no *Diário de Notícias* com as licenças enviadas à municipalidade, localizei um único lavrador, o português José Maria Soares, morador em Pilares, Inhaúma, e também dono, em sociedade com o conterrâneo José Manoel Ribeiro, da terça parte de um bote.⁸¹ Mesmo sem ter maiores informações sobre outros lavradores-grevistas dessas áreas suburbanas do Rio, consegui perceber — a partir do noticiário sobre a greve — que aqueles que optaram por ações mais diretas, e até mesmo violentas, vinham dessas regiões. De outra parte, os roceiros das freguesias rurais de Niterói — entre os quais a maior parte dos pequenos proprietários de terras e/ou embarcações registrados na Câmara — adotaram uma postura mais "pacífica", preferindo encaminhar abaixo-assinados ou negociar acordos com vereadores e empresários.

Um outro grupo de trabalhadores, que praticamente não aparecia na documentação enviada à Câmara Municipal, também se destacou no noticiário sobre a greve. Entre os inscritos em dezembro de 1885, encontramos apenas sete mulheres, todas pequenas lavradoras das áreas rurais de Niterói. Quase sempre viúvas, que davam continuidade aos negócios de seus falecidos maridos e tinham consignatários vendendo seus gêneros no cais das Marinhas. Contudo, um olhar mais atento para revistas e jornais ilustrados, fotografias e também alguns documentos municipais evidencia a presença de mulheres negras, vendedoras de quitandas, que também atuaram na greve armada no mercado.

No dia 10 de outubro de 1885, por exemplo, o jornal *O Mequetrefe* publicou uma seqüência de quadros ilustrados (semelhante a uma história em quadrinhos) retratando os conflitos da Praça das Marinhas.⁸² Fechando sua cobertura, o periódico lembrava galhofeiramente, nos dois últimos quadros da ilustração, daqueles que também haviam sido diretamente afetados pelas "relés barracas". Numa mesa de jantar, um senhor carrancudo come um *beef* sem salada, o que nitidamente lhe parecia "insuportável". Logo ao lado, duas quitandeiras, uma delas equilibrando um tabuleiro à cabeça e com um bebê amarrado às costas, entabulam a seguinte conversa: — *Eh! Eh! gente!...tá vendo máma?/— Agola, di qui nosso [sic] vai vive?*⁸³

A presença dessas vendedoras, com os sinais diacríticos característicos das mulheres africanas, como o uso de turbante, pano da Costa e tabuleiro, não é apenas um *mero detalhe*, já que, além de evidenciar a diversidade étnica e de gênero presente ali, também revela um outro olhar sobre aquele espaço social. E os registros do *Mequetrefe* não eram exceções à regra. Diversos registros iconográficos e outros documentos, que vimos anteriormente, também evidenciam que quitandeiras e pequenos lavradores marcavam as relações de trabalho na praça das Marinhas desde pelo menos meados do século XVIII. Por volta de 1875, Marc Ferrez registrou vendedoras negras no interior do mercado, nos seus arredores e no cais das Marinhas. Tanto a mercadora da Praça do Mercado, como as outras vendedoras fotografadas apresentam os sinais já evidenciados nos quadros d'*O Mequetrefe*: turbantes e panos da Costa. Contudo, enquanto a primeira, uma negra livre (só pessoas livres podiam alugar bancas ali no interior), está vestida com trajes mais "aprumados" e ainda dispunha de diversos colares, as demais, certamente escravas, usavam saias e panos mais simples

e mantinham os pés descalços.

Essas imagens são bem próximas das pretas minas, que pareciam dominar as vendas ambulantes no Rio de Janeiro, conforme descrições de viajantes estrangeiros e também dos anúncios de fugas de cativas publicados nos jornais da capital, de documentos municipais e de outras ilustrações oitocentistas⁸⁴. Em 1885, não encontramos tantos africanos assim no Rio de Janeiro e as quitandas há muito já estavam ocupadas por seus descendentes e também por trabalhadores brancos, especialmente imigrantes portugueses.⁸⁵ Assim, quando a categoria é mencionada nos grandes jornais que noticiavam a movimentação de outubro, não localizamos referências explícitas às especificidades étnicas de tempos passados.

No entanto, como a própria seqüência de ilustrações d'*O Mequetrefe* deixa entrever, a participação dessas vendedoras estava longe de ser apenas esporádica. No quadro em que se retrata a luta “pacífica” armada pelos grevistas, vemos um homem discursando sobre montes de laranjas, enquanto outros mercadores e quitandeiras, em pé ou sentados sobre cestos, frutas e legumes, estão atentos ouvindo. Se nos quadros seguintes não encontramos mulheres caminhando até a rua do Ouvidor para pedir apoio aos jornais da Corte, isso não quer dizer, necessariamente, que elas não participassem da organização dos protestos, ou mesmo influíssem nas resoluções tomadas. Uma outra ilustração publicada no jornal ilustrado naquele mesmo dia de outubro fornece mais pistas para essa hipótese.

Ocupando uma página inteira da publicação, uma charge, intitulada *O que é ser príncipe!*, representa o encontro de uma quitandeira, reproduzida com seu tabuleiro de frutas, e um negro elegante, trajando fraque, cartola e luvas, trazendo à mão bengala e guarda-chuva, e ainda ostentando sobre o nariz um *pince-nez*. Trava-se então o seguinte diálogo:

— *Abença? ...Home, esse greve, esse greve!...Um!...tá bão...Vossucê percisa fazê o escrevê a imperadô, desse cosa q si chama ballaquinha que tá lá na Praça.*
— *Oh!...vai acabar. Já tenho alguns artigos prontos!*^{86*****}

A figura elegante que se dispõe a ajudar a quitandeira era ninguém menos que Dom Obá II D'África, o famoso Príncipe do Povo das ruas do Rio de Janeiro. Este filho de africano forro, batizado como Cândido da Fonseca Galvão, era um líder popular, reverenciado e sustentado pela comunidade negra da Corte. Considerado “meio amalucado” pela elite, era o primeiro a chegar às audiências públicas que o imperador D. Pedro II concedia aos sábados na Quinta da Boa Vista e tinha voz ativa na imprensa da época⁸⁶. Como é possível observar em diferentes registros, seu “reinado” estava circunscrito a uma parcela da população africana e crioula, composta tipicamente por escravos, libertos e homens livres. Entre esse grupo, destacavam-se as quitandeiras do Largo da Sé e os negros minas, que, “convencidos de sua hierarquia, prestavam-lhe homenagens reais, beijando-lhe a mão, que ele trazia sempre enluvada”.⁸⁷

Não temos como atestar se os desenhistas e redatores d'*O Mequetrefe* realmente presenciaram um encontro entre Dom Obá e a quitandeira da Praça das Marinhas. Nem tudo que saía nas revistas ilustradas devia ser “levado a sério”, o que não excluía a hipótese de que tudo pudesse ser considerado seriamente. A escolha cabia ao leitor.⁸⁸ E a situação era de fato perfeitamente plausível, já que o “príncipe do povo” era conhecido por

⁸⁴ Cf. FARIAS, op. cit. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, julho/1988, pp. 30-56.

⁸⁵ BN, *O Mequetrefe*, 10 de outubro de 1885, p.8.

⁸⁶ Para uma detalhada biografia sobre D. Obá, ver: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo*. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸⁷ SILVA, op. cit., p. 124.

⁸⁸ BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888*. Tese de doutorado em História, Unicamp, 2005, p. 268.

⁸⁹ ACGRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 50.

⁹⁰ SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France: 1830-1968*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1978, p. 338. Citado em TERRA, Paulo Cruz. "Cidadania e trabalhadores: a greve dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro em 1900". In: RIBEIRO, Gladys (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1900*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 265.

divulgar seus textos na imprensa, e naquele momento jornais e revistas davam total apoio à greve. De qualquer maneira, importa ressaltar que essa representação galhofeira só demonstra como as quitandeiras — ou talvez suas tradições "imemoriais" — marcavam politicamente o mercado e o próprio movimento de outubro de 1885.

A *Revista Illustrada* também não deixou as vendedoras de quitandas de fora. Abusando de seu humor habitual, publicou, em 17 de outubro, uma sequência de pequenos quadros intitulada "Greve dos Legumes". Criticando a carestia dos alimentos — uma consequência direta da greve —, mostrava fregueses reclamando do preço de uma omelete e os brincos de rabanetes e chapéus com legumes que já estavam virando "jóias" e "presentes" disputados. Para castigar os vereadores, que "lograram" um logradouro público, sugeria um castigo exemplar: fechá-los num quarto com meia dúzia de furiosas quitandeiras. Se depois de dez minutos não ficassem loucos, "é porque terá tomado o expediente de atirar-se pela janela".

Recorrendo às atas das sessões da Câmara Municipal de 1884, quando os vereadores já discutiam os termos do contrato das barraquinhas, localizamos mais indícios sobre a ruidosa presença dessas mulheres na Praça das Marinhas. De acordo com um dos vereadores que estive na sessão de 4 de dezembro, a "grita levantada" por alguns jornais não se guiava pelas queixas dos lavradores, simplesmente porque eram raros os que estacionavam na praça. A maior parte só desembarcava seus gêneros ali para que as quitandeiras os vendessem. Os verdadeiros instigadores da greve de 1885 eram "alguns especuladores bem conhecidos", que exigiam de "grande número de quitandeiras, que estacionam seus tabuleiros ou cestas junto às portas externas da Praça do Mercado, a capitação mensal de trinta a quarenta mil réis". Segundo um dos vereadores, seria essa a verdadeira razão da "celeuma levantada contra os concessionários"; o barulho não vinha dos roceiros ou das vendedoras que paravam na praça simplesmente porque a contribuição que deviam pagar era muito inferior aos ônus que estavam sujeitos.⁸⁹

Com o desenrolar do movimento grevista, ficou claro que a situação não era bem assim. Os registros analisados até aqui permitem afirmar que os protestos de outubro de 1885 foram levados adiante por pequenos lavradores (que eram também vendedores dos produtos cultivados em suas terras e, muitas vezes, condutores das embarcações) e por quitandeiras, entre as quais algumas que trabalhavam para os próprios roceiros. No meio deles, certamente estavam também alguns *pombeiros* e outros vendedores ambulantes. Nem sempre os interesses desses trabalhadores do pequeno comércio estavam tão alinhados. Ainda assim, reinventando velhas tradições culturais e políticas e reforçando identidades étnicas e relações de vizinhança e amizade, iam definindo os contornos da classe de pequenos comerciantes ocupados no grande mercado de gêneros alimentícios da capital do Império.

Como destacam Charles Tilly e Edward Shorter, uma greve não é uma erupção espontânea. Além de depender de toda uma organização prévia, ela quase sempre canaliza demandas individuais para fins coletivos. E esse arranjo pode acontecer tanto nas interações habituais de parceiros de trabalho, como em estruturas mais elaboradas como sociedades mutualistas ou sindicatos⁹⁰. Conforme vimos, os pequenos negociantes e lavradores grevistas da Praça das Marinhas não contavam organizações mais institu-

cionalizadas, mas mantinham fortes redes de contato que extrapolavam a labuta cotidiana no mercado. Não só viviam em pequenas propriedades coladas umas às outras (ou até mesmo nas mesmas casas), como dividiam as embarcações que transportavam os produtos de suas vendas e, em alguns casos, as próprias bancas.

Além do mais, a própria experiência acumulada em protestos anteriores foi fundamental para o movimento de outubro de 1885. Desde o século XVIII, quitandeiras negras e vendedores de peixe instalados naquela região lutavam por *seus* lugares de trabalho. Instalados ali desde uma época que parecia “perdida nas névoas do passado”, julgavam ter direitos e privilégios na sua ocupação.⁹¹ Compartilhada por diferentes categorias, essa *tradição de protesto* era transmitida — e, constantemente, renovada — de grupo para grupo, de geração para geração. Não à toa, quase quatro meses após o fim da greve, três mercadores das Marinhas — “em comissão dos lavradores do Recôncavo do Rio de Janeiro” — voltaram a solicitar ao governo, agora de forma mais contida, “um logradouro para a venda dos produtos de sua lavoura, que tanto interessam ao abastecimento da cidade”. Insatisfeitos com o local que lhes fora designado pela Câmara no final de 1885, ainda tinham que suportar a má-vontade dos vereadores “no gozo dos novos logradouros pelos pequenos lavradores”.⁹² No final das contas, eles permaneceram naquela área *escolhida*. Mas esse pequeno protesto só mostra como não desistiam de brigar pelos seus direitos.



Artigo recebido em junho de 2009. Aprovado em agosto de 2009.

⁹¹ Uma referência importante para essa discussão são os livros de Thompson, especialmente *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; *Senhores e caçadores: a ordem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹² *O Paiz*, 6 de fevereiro de 1886, “As barraquinhas”, p. 1.

